

## **Deitado em berço esplendido. O sonho de Brasil potência, os projetos governamentais de desenvolvimento para a Amazônia na segunda metade do século XX e seus impactos para o século XXI**

**Lying in a splendid cradle. Brazil's dream of power, government development projects for the Amazon in the second half of the 20th century and its impacts for the 21st century**

*Vitale Joanoni Neto*

Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

[vitalejneto@gmail.com](mailto:vitalejneto@gmail.com)

*Leidiane Gomes de Souza*

Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

[leidiane.souza@roo.ifmt.edu.br](mailto:leidiane.souza@roo.ifmt.edu.br)

### **Resumo**

Esse artigo tem por objetivo provocar uma reflexão sobre os impactos produzidos pela implantação dos projetos e programas governamentais na Amazônia Legal, sobretudo a partir da década de 1964 sob o discurso desenvolvimentista e de proteção à internacionalização da floresta. Desse modo, nos propusemos a analisar os planos traçados e implantados pelos militares e continuados pelos governos democráticos, analisando seus efeitos na qualidade de vida da população envolvida. Analisamos a influência de agências como SUDAM, INCRA, programas como POLONOROESTE e grandes obras como Belo Monte a fim de contextualizar o panorama traçado ao longo das últimas décadas do que se entende por modernização e desenvolvimento do ponto de vista do Estado e seus efeitos perversos para a floresta e os que nela habitam. Tais empreendimentos favoreceram uma pequena parcela privilegiada composta de fazendeiros, empresários e grandes corporações, e trouxeram pouco ou nenhum benefício aos indicadores sociais dos estados que compõe a Amazônia Legal, principalmente as áreas “beneficiadas” com as grandes obras.

**Palavras-chaves:** Amazônia Legal; Governo Militar; Desenvolvimento; Modernização.

### **Abstract**

This article aims to provoke a reflection on the impacts produced by the implementation of government projects and programs in the Legal Amazon, especially from the 1960s onwards, under the discourse of development and protection of the internationalisation of the forest. Thus, we set out to analyse the plans drawn up and implemented by the military and continued by democratic governments, analysing their effects on the quality of life of the population involved. We analysed the influence of agencies like SUDAM, INCRA, programs like POLONOROESTE and big public works like Belo Monte in order to contextualise the panorama outlined over the last decades of what is meant by modernisation and development from the State and its perverse effects for the forest and its inhabitants. Such ventures favoured a small privileged portion composed of farmers, businessmen and large corporations, and brought little or no benefit to the social indicators of the states that make up the Legal Amazon, especially the areas “benefited” by the large works.

**Keywords:** Legal Amazon; Military Government; Development; Modernisation

## 1. INTRODUÇÃO

O século XXI viu a Amazônia se tornar palco de um enorme conflito mundial. O destaque especial nessas disputas coube ao Brasil, não apenas em razão do país possuir dentro de suas fronteiras nacionais 68% dessa floresta, mas pela contestada forma como foram conduzidas as políticas federais para a sua gestão. O desmatamento foi o tema mais debatido e preocupante, pois o país tem oscilado entre períodos de avanço relativamente controlado sobre a floresta primária e outros nos quais os recordes de derrubada, queima e destruição expuseram de modo vexatório a incapacidade de o Estado Nacional para exercer qualquer controle sobre empresas rurais e proprietários locais. O recente conflito de informações entre a Presidência da República e o Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE sobre os indicadores de desmatamento na Amazônia exemplificam bem isso.

Outro exemplo dessa duvidosa capacidade de gestão da Amazônia se deu com a aprovação da construção da barragem de Belo Monte (o leilão de concessão ocorreu em 2010 e o IBAMA concedeu licença para a construção da infraestrutura em 2011). As origens desse projeto datam ainda do período ditatorial. Em 1975 iniciaram-se os primeiros estudos sobre a capacidade da bacia hidrográfica do Rio Xingu e desde então em muitas vezes se buscou recursos e formas para a construção da usina hidrelétrica. Nos anos 1980 e 90 houve forte oposição de grupos locais formados por povos indígenas, ribeirinhos, pescadores e de parte da comunidade acadêmica nacional que contestava os “custos” sociais e ambientais desse projeto. Foi surpreendente sua aprovação em meio a um governo que havia chegado ao poder apoiado pelos movimentos sociais. Por outro lado, muitas das conquistas do capital em todo o mundo, em prejuízo de trabalhadores e contrários aos interesses de grupos sociais vulneráveis, ocorreram pelas mãos de governos de esquerda (BOURDIEU, 1998, p.11).

Apesar das fortes pressões contrárias à sua construção, atendendo aos interesses empresariais e sob o discurso do progresso, Belo Monte foi executada. Ainda é difícil dimensionar a extensão dos danos ambientais provocados pelo lago de 478 quilômetros quadrados, os impactos sobre a dinâmica hidrográfica, as perdas na biodiversidade. Quanto aos danos sociais, eles podem ser vistos de diferentes modos, por exemplo, quando olhamos para os grupos indígenas atingidos pela drástica alteração da geografia regional, ou quando damos voz aos muitos atingidos (RIBEIRO, 2018). Altamira (com uma população de 113 mil habitantes em 2018), sofreu diretamente os impactos dessa construção e pode ser considerada uma síntese dos danos provocados por Belo Monte. A população ribeirinha, agora sem rio, foi levada para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), cerca de 6 mil unidades habitacionais que receberam perto de 22 mil pessoas diretamente atingidas pela construção da usina. Os índices nacionais de violência colocam

Altamira em segundo lugar no Brasil quanto aos índices de vulnerabilidade social (os dados são da Secretaria Nacional de Juventude em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e se referem ao ano de 2015). A cidade apresenta em 2020 o mais alto índice de suicídios do país. Foram 15, entre janeiro e abril, nove deles cometidos por jovens entre 11 e 19 anos. Nesse dado está contida uma geração de jovens fruto das modificações que Belo Monte imprimiu em suas vidas e de suas famílias transformadas pelo impacto da usina na comunidade. As cidades são também como afirma Pesavento (2001), espaços de sociabilidade e é notório que o fluxo da modernização é incapaz de perceber as sensibilidades, roubando deliberadamente ao longo de décadas a consciência de determinados grupos. “Os pesquisadores concluíram que indicadores socioeconômicos, especialmente o desemprego e a desigualdade social, podem estar associados a esse aumento [no número de suicídios]” (BRUM; GLOCK, 2020). A média nacional (segundo dados do SUS) é de 6 para cada cem mil habitantes. Em Altamira, o Estado é ineficiente e indiferente aos problemas vividos pela população e essa característica não é, infelizmente, uma particularidade desta cidade. É sobre esse ponto que gostaríamos de nos deter.

O governo ditatorial brasileiro entre os anos 1964 e 1984, sonhou com uma “pátria grande”, um Brasil potência e isso passava pela integração da Amazônia. Em outras palavras, pretendeu-se levar a cabo os projetos de Golbery do Couto e Silva (1981), que desde os anos 1950 alertava para os perigos de se manter essa imensa região, “vazia”. Por integração, entendia-se levar para a Amazônia progresso e desenvolvimento econômico, nos moldes do preconizado mundo ocidental, falava-se em “civilizar” a Amazônia. Usando das prerrogativas do poder concentrado, característica de Estados de Exceção, o Governo Federal criou uma estrutura oficial de apoio a essa integração (JOANONI NETO; GUIMARÃES NETO, 2017). Agências como SUDAM, INCRA, programas como o POLONOROESTE e um aparato legal, por vezes aprovado por um Congresso fortemente controlado, prestaram-se ao desenvolvimento de obras como a abertura de rodovias federais, aprovação de “projetos de colonização” e “projetos agropecuários”, milhões de dólares foram investidos com o intuito de integrar e desenvolver a Amazônia. Falava-se com ênfase na soberania nacional e as ações de extrema violência contra os povos indígenas (VALENTE, 2017) e a população local no Araguaia paraense (PEIXOTO, 2014) e mato-grossense (CANUTO, 2019) ou no centro norte de Mato Grosso (RIBEIRO, 2001), nos mostram que esse Estado mesmo incipiente nessas áreas, quando instalado mostrou-se extremamente repressivo, por outro lado, foi incapaz de estabelecer um mínimo controle sobre as quantidades escandalosas de madeira contrabandeada, a extração ilegal de ouro e diamantes, a apropriação ilegal de enormes extensões de terras por empresários rurais, o uso constante e sistemático do trabalho escravo contemporâneo.

## 2. OS PLANOS TRAÇADOS PELO ESTADO MILITAR PARA A AMAZÔNIA

A Amazônia é uma antiga preocupação do Estado brasileiro, no entanto, graças às suas características heterogêneas em seu imenso território, a entrada do homem não amazônico para a sua exploração de modo mais ostensivo e sistemático, foi postergada por muito tempo. Durante o governo Vargas, algumas ações foram tomadas visando seu reconhecimento e exploração, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a Expedição Roncador Xingu dentro da chamada Marcha para o Oeste, a criação de colônias agrícolas, foram algumas das medidas tomadas nesse sentido. Esse esforço se manteve durante os anos do governo de Juscelino Kubitschek, com a abertura das rodovias Belém Brasília e Brasília Acre (BR-029).

Essas medidas, apesar da importância nos contextos em que ocorreram, não se comparam em duração ou amplitude com as ações planejadas após 1964. O Estado Ditatorial desenvolveu um conjunto sistemático de políticas de criação e reorganização do Estado, criando ministérios e outras agências públicas, que passaram pela aprovação de um arcabouço legal para justificar tais propostas e culminam na criação de planos e programas voltados para lastrear e consumir a reocupação da área de floresta.

O imenso território “inóspito” da Amazônia tornou-se palco de renovada cobiça nacional e internacional atrelada à propaganda em tom épico dos governos ditatoriais e a afirmação da soberania do Estado brasileiro. Tais interesses econômicos, motivaram ousados projetos de exploração, que ocorreram paralelos aos interesses e desejos de sua população. No século XX, a Amazônia passou por um crescimento demográfico sem precedentes provocado em boa parte pela migração de Nordestinos (TUPIASSU, In: LIMA *et al.*, 1971, p.249), estimulado por secas muito graves, o que já havia ocorrido em períodos anteriores; pelo “ciclo da borracha” na passagem do século XIX para o XX e sua segunda onda entre 1942 e 1945; pela abertura de estradas facilitando o acesso terrestre nos anos 1950, até chegarmos às medidas tomadas pelos governos militares após 1964. Em 1900 a população residente na região Norte era de 700 mil pessoas e em 1920 atingiu 1,4 milhão habitantes. Em 1960, chegou a 2,9 milhões de pessoas sendo que 93,25% haviam nascido na Amazônia. (IBGE, dados de Censos Demográficos). Conforme as análises apresentadas no final dos anos 1960, a Amazônia “possui um reduzido ecúmeno e um vasto anecúmeno”. “70% da população amazônica vive em apenas 30% do território regional. Por seu turno, o anecúmeno relativo exibiria 760.000 habitantes para uma área superior a 4.000.000 km<sup>2</sup>” (TUPIASSU, In: LIMA *et al.*, 1971, p.255).

No II Fórum da Amazônia em 1968 o General Afonso Augusto de Albuquerque Lima, então o primeiro Ministro do Interior, pasta recém criada pela reorganização administrativa que seguia sendo feita pelos governos militares, apresentou o que tinha como seu plano de

administração. Nele, fazia uma forte defesa do povoamento da Amazônia. Sob vários argumentos, apresentou a defesa das fronteiras e a ocupação dos espaços vazios diante de um cenário de pessoas cada vez mais carentes por espaços (LIMA *et al.*, 1971, p.23). A fala é imbuída de um propósito cívico e quer legitimar, com as ações propostas, o governo autoritário junto a sociedade brasileira. Outro participante desse Fórum (um coronel), destacou que diferentemente dos planos anteriores, esse se destacava pela adoção conjunta de todos os aparelhos de governo “Todos os órgãos de Administração Federal na Amazônia por determinação legal, estão obrigados a obedecer às diretrizes gerais do Plano e à orientação setorial da SUDAM [...]”. (ANDRADE In: LIMA *et al.*, 1971, p. 155)

O que se apresenta é um planejamento orientado a fim de conter e proteger essa vasta fronteira de uma possível invasão movida por disputas e tensões oriundas dos conflitos gerados pela Guerra Fria, pelo aumento populacional e consequente miséria dele resultante. O risco de perder a Amazônia para nações estrangeiras, invasão comunista, imigração em massa de países super povoados, aparecem de forma recorrente nos discursos de autoridades, militares e formadores de opinião desde os anos 1950.

Segundo as autoridades ligadas ao governo militar pós 1964, era eminente o risco de ameaças oriundas das explosões demográficas, portanto, a melhor estratégia seria a abertura do território “espontaneamente” de modo a integrá-lo ao Brasil (ANDRADE, 1971, p.149). Foi nesse sentido que se apresentou a reorganização da estrutura do Estado ditatorial, por exemplo, com a substituição da autarquia SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), em 1966 responsável pela coordenação geral, implementação e controle das ações do governo federal na Amazônia Legal por meio de política voltada ao fomento de projetos e programas para esta região. Na legislação que criou a SUDAM já estava mencionado o BASA (Banco da Amazônia), também criado em 1966, como agente com o papel estratégico de financiar os projetos de desenvolvimento propostos para essa fronteira.

A Amazônia foi vista como vazia de civilização, desconhecia-se ou não se reconhecia como válidos, a cultura e hábitos das sociedades locais.

O que agrava as relações do homem da Amazônia com a natureza é o seu desajuste cultural em relação a ela. O homem ainda não sabe viver na Amazônia e isso pode ser evidenciado em todos os aspectos da vida cultural da sociedade local. A inadequação dos hábitos está presente na alimentação, no vestuário, na arquitetura, nas formas de diversão, no horário de trabalho, nos currículos escolares etc. (BONFIM In: LIMA *et al.*, 1971, p. 111).

Os argumentos apresentados por essas autoridades, majoritariamente militares de alto escalão (coronéis, generais), como diagnósticos válidos para os planos de integração da Amazônia eram há muito, conhecidos. A obra de Roy Nash que tratava dos riscos da superpopulação mundial

e alertava para a necessidade da ocupação de áreas subutilizadas no planeta (a Amazônia entre elas), havia sido publicada em 1929. Análises sobre os modos e vida dos povos da Amazônia, ou do sertão do Brasil, que apontavam para seu modo de vida “primitivo”, sua preguiça e indolência para o trabalho sistemático, a rusticidade de sua moradia, de seus hábitos alimentares, ou a imoralidade de aspectos de sua vida, podem ser encontradas nas obras de viajantes que passaram pelos limites a Oeste do Brasil, os sertões mais profundos e desconhecidos. Muitas dessas viagens resultaram em obras como relatos de viagens, livros de memórias, relatórios de pesquisas publicados no Brasil e no exterior no século XIX. Esses viajantes eram representantes ou herdeiros do naturalismo, do cientificismo, do positivismo e olhavam o mundo a partir da Europa, então o paradigma de civilização. (GALETTI, 2012). Foi essa a matriz das análises que norteou os projetos pensados pelo Estado ditatorial para a integração da Amazônia.

Buscou-se o progresso sem se importar com as pessoas e suas culturas. Quando uma dessas autoridades apontou que em Manaus, em 1966, registrou-se 27% de desempregados e atribuiu esse índice a um acomodamento proporcionado pela exuberância e fartura da Floresta (BONFIM, In: LIMA *et al.*, 1971, p.112), ele não estava fazendo mais que repetir argumentos já conhecidos e usados, por exemplo, para olhar a população da fronteira Oeste brasileira no século XIX, bem como em Cuiabá (GALETTI, 2012, p.111). Os diagnósticos apresentados com autoridade, números e argumentos, não eram mais que reprodução do preconceito, uma visão revisitada do darwinismo social. Vem daí a visão de fronteira como lugares “inóspitos porque convivem com a ameaça latente de conflito, e porque são os confins onde o Estado não chega satisfatoriamente, sendo, dessa forma ambientes propícios à criminalidades”. (THOMPSON FLORES, 2019, p. 284).

O Ministério do Interior criou o GTINAM (Grupo de Trabalho para Integração da Amazônia), envolvendo outros Ministérios, Superintendências, Institutos e o BASA. O plano traçado enalteceu aspectos positivos da região em relação ao clima (ausência de geadas ou de secas), inexistência de doenças como a de chagas e a esquistossomose (motivos de preocupação em outras regiões do país) e minimizou a malária. Aliado a esses aspectos ambientais e de saúde, os altos investimentos em projetos nos estados da Amazônia Legal, tornou ainda mais atraente e aparentemente próspero esse espaço. A política para a Amazônia contou com os incentivos fiscais através da lei nº 5.174 de 1966 (Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências), para captar recursos privados concedendo em troca a isenção sobre o imposto de renda para quem investisse na região. O estado de Mato Grosso, por exemplo, em 1968 já contava com 32 projetos do setor privado aprovados, com investimentos de Cr\$234 milhões de cruzeiros (LIMA *et al.*, 1971, p.36). Os incentivos fiscais variavam conforme área de destinação do projeto concedido pela referida lei e eram geridos pelo BASA, responsável pelo

fomento de tais propostas. Essa soma de fatores fez com que a Amazônia se tornasse atrativa para grandes investidores nacionais e estrangeiros.

Quando essas autoridades públicas falam sobre as riquezas presentes na Amazônia, o fazem com base nas precárias experiências do passado reduzidas basicamente ao extrativismo (látex, madeira), ou no potencial estimado (desejado, mas desconhecido), da produtividade da terra. Para exemplificar esse ponto, essas autoridades pouco falavam do cerrado em Mato Grosso ou no antigo Norte de Goiás (hoje Tocantins), áreas tomadas como adequadas à pecuária em razão de solo fraco e vegetação pobre. Já as expectativas quanto às áreas de floresta eram grandes. Acreditava-se em sua fertilidade para agricultura e também nos bons resultados para a pecuária. Apesar de falarem no respeito aos povos indígenas e na preservação de suas territorialidades, é fácil verificar que isso não foi cumprido (a construção das rodovias BR-163 e da BR-174 e as concessões de terras no vale do Araguaia em Mato Grosso são bons exemplos disso). Uma peça de propaganda do BASA desse período, trazia o slogan: “chega de lendas, vamos faturar”, e dá o tom para o plano de exploração que impôs o governo ditatorial, apesar do público desconhecimento sobre a região.

Tudo está por descobrir ou fazer na Amazônia. Não completamos seu mapeamento geológico; não dispomos de seu inventário florestal; não sabemos de sua variação climática; ignoramos o regime de seus rios; desconhecemos o potencial de sua fauna; não sabemos como aproveitar suas terras, racionalmente, para uma agricultura moderna de alto rendimento. (BONFIM, in: LIMA *et al.*, 1971, p.107)

O Plano de Valorização Econômica da Amazônia elaborado pela SUDAM com os recursos da lei 5.174, buscava transformar recursos em riquezas por meio de uma variedade de frentes de atuação, como a silvicultura e a piscicultura, mas nas palavras do próprio Ministro do Interior, 90% dos projetos aprovados para a região estavam voltados para a pecuária (LIMA *et al.*, 1971, p.32). Tais projetos de investimentos e reocupações ordenadas vinham atrelados à construção de uma nova logística que viabilizasse o acesso às áreas recém ocupadas e possibilitasse sua integração econômica. O PIN (Plano de Integração Nacional, ou Decreto-Lei Nº 1.106, de 16 de junho de 1970), teve como imperativo a ampliação das formas de transportes, até então baseadas na navegação. O resultado foi a criação de eixos rodoviários, como a Transamazônica, considerada pelo governo como uma obra sinônimo de revolução e resultado dos interesses nacionalistas. A ideia de integração perpassava as particularidades da Amazônia, mas lidava com a região de maneira uniforme quanto a rentabilidade e viabilidade dos projetos, como aqueles ligados à agricultura e agropecuária, exigindo a derrubada da floresta.

Além da SUDAM, A SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) também desempenhou um expressivo papel no contexto do desenvolvimento durante a ditadura, sendo uma agência já proposta no governo Castelo Branco. Objetivou-se implantar uma área de livre comércio de exportação e importação na Amazônia ocidental (LIMA *et al.*, 1971, p. 42), estimulando o

surgimento de um polo industrial em Manaus. Não houve preocupação associada ao planejamento de infraestrutura e urbanização para receber o migrante diante do atrativo crescimento de Manaus. Mesquita (1971, p.208) faz observações quanto aos aspectos negativos que a Zona Franca representou para o contexto urbano, em função da abertura do aeroporto ao tráfego internacional de mercadorias, o que segundo a autora acarretou a saturação do mercado e subconsumo pelo baixo custo se comparado às entradas realizadas pelos portos e viu como saída a ligação direta de Manaus com o sudeste do Brasil.

Os projetos apresentados à SUDAM e financiados pelo BASA beneficiaram especialmente os grandes investidores. Os demais representaram força de trabalho,

É o imigrante mão-de-obra que usualmente se desloca em massa, premido pela pequena oferta de emprego na zona emigratória e atraído pela forte demanda de braços da zona recipiente. Assim tudo indica que grandes movimentos migratórios para a Amazônia teriam que ser provocados por condições excepcionais oferecidas à mão-de-obra externa predisposta a migrar. (TUPIASSÚ, in: LIMA *et al.*, 1971, p. 266).

A preocupação inicial era com a fixação desse trabalhador que migrava para a região, estimulado pela esperança de bons empregos e melhores condições de vida, visando formar um mercado cada vez mais qualificado de mão-de-obra. A população local, como já mencionado acima, por vezes pareceu representar um empecilho ao avanço da modernização. Em 1964 o INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o IBRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária, lançaram o Estatuto da Terra, ou Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, que tutelava esse trabalhador e regulava o acesso à terra. Já por outro lado, as ações voltadas para o meio empresarial, os programas propostos (PROTERRA, PRODOESTE, POLAMAZÔNIA, entre outros), foram elaborados de modo a dar muita liberdade aos proponentes, além de incentivos fiscais e linhas de financiamento, sempre buscando atender aos objetivos do Estado, voltados para a ampliação das fronteiras de economia agrícola.

A produção de energia elétrica foi outra frente importante da atuação dos governos ditatoriais militares nesses projetos de reocupação da Amazônia. O objetivo inicial foi a implantação da base primária da eletrificação da região. A SUDAM priorizou a ampliação da capacidade do setor energético até então com geração deficiente, além dos projetos de construção das hidrelétricas do Paredão no Amapá, Curuá-Una no Pará e Rio da Casca III no Mato Grosso, com incentivos fiscais para serem executados por empresas de economia mista. (ANDRANDE, In: LIMA *et al.*, 1971, p.158). Rapidamente a demanda nacional por energia fez com que esses investimentos fossem superados por outros. A Amazônia entrou o século XXI, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com 221 hidrelétricas em operação, 27 de grande porte, 102 médias e pequenas e 92 microgeradoras. Outras 35 em construção ou rumo às obras, como a gigante Belo Monte, a terceira maior no mundo em capacidade para geração de energia.

(BOURSCHEIT, 2019) As barragens se concentram no Arco do Desmatamento, grande faixa onde lavouras e pastagens tomaram o lugar da floresta entre o Norte do estado de Mato Grosso e o Sul do estado do Pará e ao contrário do que possa parecer, esse exponencial crescimento na capacidade da Amazônia em gerar energia elétrica, não está voltado para atender à sua urbanização crescente e melhorar a qualidade de vida das pessoas que atualmente vivem ali. Um estudo desenvolvido pelo Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), constatou em 2019 que cerca de um milhão de pessoas ainda não possuíam acesso à energia elétrica na Amazônia Legal. O que impacta na vida daqueles que gostariam de ter acesso ao serviço, em qualidade de vida, no viés produtivo, na saúde e educação (UM, 2019), e também reforça o elemento central de nossa reflexão de que, esses projetos pensados para a Amazônia, não estavam preocupados com a região e sim com sua exploração. Os nacionalismos dos discursos governamentais, as alegadas preocupações com a integração nacional, os projetos de grandeza da pátria presentes nas falas dos generais, caem por terra quando analisamos os resultados dessas ações nas décadas seguintes e constatamos que a riqueza da Amazônia tem sido sistematicamente drenada às custas de seu povo, do povo brasileiro.

A Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, órgão ligado à Presidência da República, propõe para 2020 a retomada dos projetos de “ocupação” da Amazônia nos moldes dos planos descritos acima. Tal empreitada teria como objetivo desenvolver economicamente a região e com isso elevar a sua participação no PIB brasileiro dos atuais 5,4% para a 50%, mas não deixa claro em que tempo, como e a que preço social ou ambiental. Esse grande projeto chamado Barão de Rio Branco, prevê a construção de grandes obras, como uma hidrelétrica em Oriximiná, região na qual há registro de comunidades indígenas isoladas, ampliação da BR 163 até Suriname, e o deslocamento de população de outras regiões, reproduzindo as ações que desde Vargas com a Marcha para Oeste, insistem em ver a Amazônia como vazia e vulnerável. Lideranças de organizações não governamentais questionam esse grande plano, não em sua intenção de trazer investimentos para Amazônia, mas pelo modelo de transposição dessas políticas, pensadas para a região sem que ela seja ouvida, seguindo o mesmo modelo ao longo de décadas. (DIAS, 2020).

### **3. ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS PLANOS TRAÇADOS PELO ESTADO MILITAR PARA A AMAZÔNIA**

Passados pouco mais de uma década das primeiras ações do Estado Ditatorial sobre a Amazônia, os resultados já se faziam sentir. Em 1970 a Amazônia era ocupada por 4% da população brasileira, ou por aproximadamente 3,5 milhões de pessoas. Ao longo dessa década o número de habitantes subiu para 7 milhões, reflexo das políticas públicas para a reocupação do território, 1/3 desse contingente estava no campo (ALMEIDA, 1992, p.39), o que põe por terra o discurso de que se estava realizando a maior reforma agrária do mundo. Majoritariamente o

contingente de migrantes fixava-se nos núcleos urbanos que nasciam durante o avanço dessa fronteira. Todos os projetos aprovados pelo INCRA tinham como parte obrigatória, a estrutura viária (estradas dando acesso aos lotes rurais), logística para transporte de pessoas e abastecimento (acessos ligando a área dos projetos a cidades já consolidadas, próximas, o que em alguns casos podia significar horas ou dias de viagem), atendimento básico de saúde e educação.

Foi comum as empresas colonizadoras fornecerem salas de aulas multisseriadas com professores leigos para a educação e postos de saúde com estrutura precária e sem profissionais qualificados. Os relatos coletados em campo mostram isso com frequência. (JOANONI NETO, 2007). Mesmo com as limitações apresentadas, o resultado desse arranjo foi que rapidamente esses núcleos urbanos ganharam importância, oferecendo mercadorias, serviços e atraindo pessoas para essas atividades comerciais que se revelavam muito mais lucrativas que a agricultura (ALMEIDA, 1992, p.225) Em Rondônia o crescimento populacional foi de 324% entre 1970 e 1980 (IBGE dados dos Censos Demográficos). Em 1991 estimava-se a população na Amazônia Legal em 16 milhões de pessoas saltando em 2000 para 20,3 milhões de moradores, 68,9% na área urbana e 31,1% na área rural. Em termos de população, a Amazônia legal continuou sendo a parte menos povoada do país: mesmo tendo a região ganhado treze milhões de habitantes de 1970 a 2000 (ou seja, aumentou 172%, enquanto o país crescia 82%). Em fins da segunda década do século XXI, ela continuou representando apenas um pouco mais de 12% do total da população brasileira (contra 8% em 1970) e as densidades demográficas continuavam baixíssimas: a Amazônia legal tem 4,2 habitantes por km<sup>2</sup> (e o Estado do Amazonas 1,8hab/Km<sup>2</sup>) enquanto a densidade nacional é de 20 habitantes por km<sup>2</sup>.

Tais dados nos mostram que os planos para “inundar de civilização” a floresta Amazônica, para usar a expressão do General Golbery do Couto e Silva, ou para habitar esse “vazio demográfico”, para a sorte da floresta, seus povos e sua complexa diversidade, resultaram em retumbante fracasso. Tivessem sido executados conforme os planos apresentados, difícil imaginar a extensão dos danos sobre esse complexo bioma. Apenas como exemplo, o projeto Cotriguaçu, iniciado no Noroeste de Mato Grosso em 1974, previa que em 2000, a população total em sua área chegaria a 200 mil pessoas, 120 mil apenas na área urbana (JOANONI NETO, 2007, p.50). Segundo o Censo de 2000, esse município apresentava uma população de 35 mil habitantes. Esse foi um dos 75 chamados projetos particulares de colonização executados por 42 diferentes empresas no estado de Mato Grosso. Não estão incluídos nesse total, as empresas com projetos agropecuários.

Sem menosprezar os graves impactos provocados por esses empreendimentos, os quais serão abordados abaixo, chamar a atenção para esses resultados bastante distantes do projetado, tem por objetivo, expor os argumentos usados no início dos anos 1970 que afirmavam ser impossível a “ocupação” da floresta sem a participação da iniciativa privada, e mencionavam textualmente o

capital estrangeiro “a exemplo do que se verificou em nações da Europa e da América do Norte”, exaltando atividades como a pecuária por usar pouca mão de obra e realizar o “desmatamento seletivo”, garantindo o direito de posse às terras ocupadas pelos povos indígenas e afirmavam que essas ações se desenvolveriam “sem a quebra da nossa dignidade”. (ANDRADE In: LIMA *et al.*, 1971, p.156). O que foi apresentado com autoridade técnica e imposto pela força do Estado de Exceção como caminho para a Amazônia, resultou em enormes investimentos públicos, concessões e isenções fiscais em benefício de um grupo de empresários (muitos dos quais tinham trânsito privilegiado em instâncias governamentais) (MONTELEONE, 2016; CAMPOS, 2015, CONDE, 2006.).

De fato, o mais correto seria dizer que sem o Estado não teria sido possível a reocupação da Amazônia, ele forneceu a infraestrutura física e institucional. Estima-se que a colonização da Amazônia tenha consumido US\$7,5 bilhões durante a década de 70, mais da metade corresponde à construção de estradas, um terço às instituições de complementação e apenas 6% aos projetos. O caro na colonização não foi a distribuição de terras, mas o transporte para a região de toda a infraestrutura física, econômica, social, para que as atividades ligadas ao empreendimento pudessem operar. A infraestrutura montada, valorizou as terras na própria fronteira, atraindo novos interessados e dificultando qualquer proposta redistributiva. (ALMEIDA, 1992, p.82). As estradas custaram mais de vinte vezes a regularização fundiária durante os anos 70. A expansão rodoviária custou ao Estado cerca de US\$4 bilhões, mais os custos dos projetos fundiários US\$182 milhões. (ALMEIDA, 1992, p.99). O acesso à terra na fronteira era muitíssimo mais caro em termos físicos do que em termos legais. Grandes obras rodoviárias como as BRs Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Porto-Velho, Cuiabá-Santarém, Rio Branco-Porto Velho-Manaus, abriram a Amazônia ao tráfego rodoviário e nortearam os fluxos migratórios e o estabelecimento dos negócios de venda de terras ou da pecuária. Os projetos fundiários do INCRA abarcaram cerca de 10 milhões de hectares na década de 70 a um custo médio de US\$5,4 milhões até o final de 1981. O custo calculado para a regularização fundiária de 33 projetos conhecidos na região Amazônica de foi Cr\$18,2 milhões. (ALMEIDA, 1992, p.88).

A Amazônia foi profundamente afetada pelo reordenamento socioeconômico imposto nos anos 1970 pela força do Estado Ditatorial, naquilo que se chamou de modernização conservadora da agricultura, que envolveu um imenso aparato de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, expansão do crédito agrícola, incentivos creditícios para a mecanização e utilização de insumos e criação de um aparato governamental que lastreasse essas políticas públicas criadas naquele momento para atender aos interesses desses grupos empresariais. (MENDONÇA, 2010; PIRES e RAMOS, 2009; MOORE, 2002; MARTINS, 1994). A reocupação em grande escala intensificou-se em meados da década de 1970, após o lançamento do Programa de Integração Nacional (Decreto-Lei nº 1.106, de

16 de junho de 1970). Nesse momento reorientou-se a chamada colonização fornecendo para as empresas privadas, as grandes glebas de terra adquiridas com crédito subsidiado e com a finalidade de “colonização particular”, leia-se venda de lotes rurais, em apenas 20% da área, incentivando a formação de latifúndios na própria fronteira agrícola. Se a população rural tem hoje que lutar pela terra na fronteira agrícola, isso se deve também ao Estado, não apenas à sua omissão, mas também à sua atuação. (ALMEIDA, 1992, p.84; GUIMARÃES NETO, 2002).

As terras destinadas à colonização, prevendo lotes de 100 a 300 hectares, não representavam nem a metade do total da área da gleba Alta Floresta: de um total de 211.966,05 hectares, apenas 95.209,24 hectares estavam programados para a colonização. A área reservada para a agropecuária perfazia 112.435,03 hectares. Como se pode constatar, esses dados revelam que os objetivos da colonização nada mais eram que pano de fundo para a implantação de um grande empreendimento econômico... (GUIMARÃES NETO, 2002, p.129)

A comercialização de lotes rurais por essas dezenas de empresas de colonização na Amazônia se deu a pretexto de povoar e desenvolver economicamente a região, ao mesmo tempo em que resolvia outro problema no Sul do país, relativo à minifundização e especulação imobiliária crescente, provocada pelo avanço da mecanização agrícola (que demandava extensões de terras maiores). A propaganda especialmente direcionada para esse pequeno proprietário, oferecia mais terras (por vezes 10, 15 vezes mais em extensão), promessa, fertilidade, produtividade e completa infraestrutura (REZENDE, In: LIMA, 1971, p.383 e ss.). Tais ações, atenderam às demandas do avanço do capital no Sul do país, mas também resultaram em taxas de desemprego rural catastróficas entre os anos de 1970 e 1980 e na depopulação em algumas regiões. Por exemplo, entre 1970 a 1990, a população rural no Norte do Paraná diminuiu em 57% (apenas entre os anos de 1970-80, em quase um milhão de pessoas). “Alguns municípios passaram por um esvaziamento quase que total e perderam até 90% de sua população, verificado também em pequenas povoações com função central”. (COY; KLINGLER; KOHLLEPP, 2017, p.18).

As autoridades públicas no início dos anos 1970, asseguravam que os novos núcleos urbanos que se formavam na Amazônia estavam sendo dotados de:

[...] residências, energia elétrica, água, escolas, postos de saúde, centro de comunicações, centros de recreação, templos, agências de estabelecimento oficial de crédito, postos de revenda de material agrícola, postos de patrulha mecanizada, olaria, serraria, estação meteorológica, laboratório de análises de terra, seção fundiária e de topografia, estabelecimento de venda de gêneros alimentícios e artigos de consumo. [Esses] polos pioneiros de colonização são legítimos módulos irradiadores de civilização. (REZENDE, In: LIMA *et al.*, 1971, p.401.)

Essa lista de instalações que o ministro dos transportes Eliseu Rezende apresentou publicamente em 1970 em Montreal no Canadá, não existia nestas áreas de expansão na Amazônia. O INCRA exigia que as empresas que se candidatassem a execução dos chamados projetos de

colonização, apresentassem em memorial detalhado todas essas obras, mas não acompanhava nem fiscalizava a sua execução e entrega o que resultou em um engodo senão em todos, na maioria desses projetos. Pesquisas feitas nessas novas cidades décadas depois, mostram os resultados dessa fixação que no discurso era civilizatória. Safras agrícolas se perderam por falta de estradas e planejamento para a sua comercialização (SCHWANTES, 198?), pouco mais de uma década após a chegada desses migrantes e sua fixação nos lotes comprados à essas empresas, já se verificam problemas como sua fragmentação em propriedades menores, provocando o abandono da atividade rural ou uma nova migração (GUIMARÃES NETO, 2020, p.131), quatro décadas após esse pronunciamento do ministro, muitas dessas cidades ainda dependiam de energia gerada por termelétricas, sujeitas a intermitências diárias no seu fornecimento (por exemplo o fornecimento ocorria entre as 6h00 até as 22 ou 23h00), ou mesmo interrupções totais por dias seguidos quando em períodos chuvosos, os carregamentos de diesel não chegavam às cidades. Esse quadro ocorreu em boa parte do Noroeste e do Nordeste de Mato Grosso. A BR-163, em seu trecho ligando Cuiabá a Santarém, iniciada em 1971 como parte do Plano de Integração Nacional, teve seu asfaltamento concluído em 2019. Os prefeitos dessas novas cidades emancipadas (no estado de Mato foram criados mais de 100 novos municípios entre 1977 e 2000), reconhecem que as atribuições inerentes às empresas de colonização referentes à implantação de infraestrutura, não foram cumpridas, restando às prefeituras tais responsabilidades. (JOANONI NETO, 2007, 178). Esses dados visam expor de modo objetivo que entre as ações impostas pelo Estado Ditatorial e os resultados alcançados, há um hiato. As ações foram planejadas de fora, sem um melhor conhecimento da Amazônia e se prestaram a promover a riqueza de poucos por meio da apropriação dos recursos disponíveis (minérios, madeira, terras), com custos ambientais e sociais incalculáveis.

Mais que expor o fracasso do projeto de construção de uma pátria grande, uma potência mundial, um ufanismo retórico que ocultou por todo o país a atuação de uma rede de terrorismo de Estado, com agentes públicos atuando à margem da legalidade, sequestrando, torturando e tirando vidas de cidadãos brasileiros, nossa intenção é demonstrar que os projetos para a Amazônia foram (e ainda são) incapazes de olhar para floresta e seu povo, de respeitar seu conhecimento ancestral sobre esse ambiente. Logo, mais do que lastimar obras como a abertura da Rodovia Transamazônica, iniciada em 1970, que custou U\$1,5 bilhão aos contribuintes brasileiros sem nunca ter sido concluída, o que deve estar no foco de nossas atenções é que, essa precaríssima estrada hoje, liga duas regiões com os piores indicadores sociais do Brasil (FREITAS; FREITAS; IORIS; CASTRO Jr., 2017, p.215), apesar do montante nela investido. Essa fronteira foi alvo de uma prática de exploração massiva voltada para a extração de matérias primas, agricultura para o mercado global que transformou muito da floresta em deserto de monocultura. Foi implantada pela força do Estado Ditatorial, o que implicou na destruição da vida: dos sistemas hídricos,

geomorfológicos, de espécies e ecossistemas, pelo deslocamento das populações, expropriação das terras, depreciação de sua organização social. Quando falamos do Capital, pensamos nos grandes centros financeiros mundiais e ignoramos cidades como Manaus, Cuiabá ou Belém, que possuem nexos financeiros com os grandes centros, possíveis graças à exploração econômica estreitamente ligada à floresta. Suas formas dinâmicas, são produto de complexos instrumentos e processos financeiros que transcendem o estado nacional e tem possibilitado a elasticidade das formas de apropriação de terras e o trabalho que caracteriza o capitalismo. As fronteiras do capitalismo não são de nenhuma forma, áreas onde o capital não penetrou, senão áreas onde as regras do jogo para o capital são outras, onde é possível suas formas mais brutais, recobertas por um manto de opacidade. (SERJE, 2019, p.17).

Esse projeto integracionista imposto pelos governos militares após 1964, é um desdobramento das ações iniciadas no período Vargas, continuadas por JK e que carregam a marca do nacional desenvolvimentismo. Seu último momento foi o anunciado e inconcluso projeto Calha Norte. Em 1985, por outro lado, deu-se a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, símbolo da resistência das populações locais (autóctones e migrantes), contra a expropriação de suas terras, fortemente apoiados pelo ambientalismo internacional. Os conflitos verificados entre as décadas de 1970/1980 transfiguraram-se e outras demandas surgiram. Projetos de desenvolvimento alternativos apareceram ligados a diferentes territorialidades e com a participação de diferentes grupos (Ongs, Igrejas, etc.). Tratava-se de experimentos associados à biossociodiversidade, organizados de baixo para cima e apoiados pelas redes de comunicação em diferentes escalas geográficas. (BECKER In: COY; KOHLHEPP, 2005, p.29). Nesse momento, a Amazônia passou a ter uma nova imagem, integrando-se ao país. Deixou de ser vista como sertão, fronteira-borda, limite da civilização, para ser a fronteira agrícola, lócus do agronegócio. Surgiram novas geopolíticas por parte de diferentes grupos sociais. Ongs e falsas Ongs, Estado, Igrejas, ambientalistas, diferentes grupos da sociedade civil – seringueiros, catadores de coco babaçu, castanheiros, cada um desses grupos produziu propostas de reocupação e uso do território, não sem conflitos, como por exemplo o projeto da Igreja de São Félix do Araguaia versus os projetos das empresas agropecuárias, ou os conflitos entre as propostas de demarcação de terras indígenas versus interesses de grupos mineradores, produtores de grãos ou projetos estratégicos governamentais como a construção de barragens. Todos olham para a mesma paisagem, mas com intencionalidades diferentes. A Amazônia passou a estar mais presente no imaginário social do brasileiro, inclusive, porque o estado militar fez intensa propaganda da região não só para estimular a migração como para justificar os pesados investimentos (e favorecimentos) nela feitos. Depois disso, já nos anos 1980 com mais força, vieram as preocupações de caráter ambiental internacionais que, com o passar do tempo, não puderam mais ser ignoradas pelo Estado brasileiro.

O modelo de agronegócio, tal como estabelecido na Amazônia, se constituiu a partir de sua parte meridional, no estado de Mato Grosso, a soja é o seu principal produto e ele está intrinsecamente ligado aos fluxos transnacionais de capital. Ao longo dos anos 1990 sua força cresceu muito e nas primeiras décadas do século XXI, a soja passou a responder por 25% do PIB brasileiro, 35% das exportações e 40% dos empregos (IORIS In: FREITAS, 2017, 244). O *agrobusiness* chamou a atenção do mundo por sua propalada eficiência produtiva na Amazônia e a variedade de *commodities* oferecidas aumentou incluindo carnes (bovina, suína), milho e algodão, cana-de-açúcar. A balança comercial do país passou a depender dos resultados dessas exportações que, mesmo em anos de crise, manteve resultados positivos, razão pela qual os seguidos governos municipais, estaduais e nacional, passaram a defendê-lo e seus representantes, reunidos em associações, federações, tornam-se cada vez mais influentes politicamente, financiando campanhas e construindo lideranças que passam a ocupar funções públicas diretamente. Inúmeras prefeituras foram ocupadas por grandes produtores rurais e os estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Rondônia foram governados mais de uma vez por representantes do agronegócio. Há no Congresso Nacional uma poderosa bancada chamada de ruralista e o Ministério da Agricultura também esteve (e está, no momento em que este texto é escrito) sob o comando direto desse grupo. Essa é a importância central para os resultados positivos da balança comercial brasileira, agora fortalecida por essa cadeia de representações políticas que se estende da vereança aos ministérios, que abarca os três poderes da República Brasileira, que mitigam os impactos do avanço desse modelo produtivo sobre a floresta, sobre as áreas indígenas e de comunidades tradicionais, ou quanto ao uso do trabalho escravo contemporâneo, apresentando-o como símbolo da modernidade, espelho do Brasil que deu certo e que resultou em uma relação de dependência dos seguidos governos brasileiros a essa atividade econômica. (IORIS, 2016).

A taxa média de desmatamento bruto entre 1978 e 1988 foi de 21 mil km<sup>2</sup>. Entre 1988 e 1998, 16 mil km<sup>2</sup>. Entre agosto de 2002 e agosto de 2003, 23.750 km<sup>2</sup>, sendo 40% no estado de Mato Grosso e 30% no estado do Pará. Entre agosto de 2003 e agosto de 2004, cerca de 24.000 km<sup>2</sup> foram desmatados e considerando que o novo sistema de detecção (DETER) somente capta os desmatamentos superiores a 25 hectares, o número pode chegar a 30 mil km<sup>2</sup>. A área total da floresta devastada em 2003, era de 650 mil Km<sup>2</sup>, ou 15,9% da área coberta pela floresta tropical. (KOHLHEPP In: COY; KOHLHEPP, 2016, p.80). No período de agosto de 2018 a julho de 2019, o desmatamento da Amazônia Legal foi estimado em 9.762 quilômetros quadrados. A área de vegetação nativa desmatada aumentou 29,54% em relação ao período anterior, de agosto de 2017 a julho de 2018 e os indicadores para 2020 apontam para forte crescimento nesses números. 14,4% da madeira retirada da Amazônia é exportada. 56,1% é consumida no Sul e Sudeste do Brasil. A produção de madeira na Amazônia subiu de 14% para 85% em duas décadas e com o esgotamento

da produção no Sudeste asiático, aquelas empresas buscam entrar no mercado brasileiro para efetuar a exploração. A extração ilegal danifica anualmente entre 10 a 15 mil km<sup>2</sup> de floresta, não computadas nos índices de desflorestamento. Em 1997 surgiram os certificados de silvicultura visando proteger a gestão florestal sustentável. Entre as empresas certificadoras, o Forest Stewardship Council (FSC) ganhou reconhecimento, mas o número de empresas certificadas é pequeno e seu sucesso depende do consumidor final. Dados levantados pelo Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7) em 2002, demonstravam que 90% das madeireiras no Noroeste do estado de Mato Grosso eram empresas ilegais e os seus proprietários reconheciam que não tinham condições de legalizá-las. As madeireiras localizadas em Juína (MT), que haviam começado essa exploração no início dos anos 1980, passados vinte anos, estavam buscando madeira a cerca de 400km de distância, inviabilizando esse negócio para aquelas pequenas empresas. Os dados sobre essa atividade em Sinop (MT), a partir de estudos em campo, mostram dados similares. (COY e KLINGLER, 2014).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que ocorreu na Amazônia após 1964 e ainda persiste hoje em seus reflexos, é que o conhecimento sobre a floresta era insuficiente. Desconsiderou-se a ocupação existente dos povos indígenas, das comunidades extrativistas, quilombolas, posseiros, ribeirinhos, vinculou-se às ações impostas uma visão ufanista, grandiosa nos discursos e que ocultava no seu avesso não mais que o clássico modelo de exploração do capital o que tornou esse projeto impregnado de abusos e ilegalidades e gerou violentos conflitos e tensões sociais. Os investimentos do Estado nos últimos 50 anos, foram da ordem de 6 bilhões de dólares/ano e é impossível conceber que nada tenha mudado em termos de desenvolvimento ou integração da região ao Brasil. A Amazônia tem 61% do território nacional, 12% da população do Brasil e 6,5% do PIB, isso com a maior concentração de renda do país (PINTO In: COY; KOHLHEPP, 2005, p.18). Esse investimento foi suficiente para assegurar o dinamismo econômico do agronegócio verificado no Sul e Sudeste do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia. A presença de empresas estrangeiras é evidente e jogou por terra o argumento do Estado Ditatorial de que a intervenção na floresta visava assegurar a integração do país e evitar a sua internacionalização. A Hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu com custo oficial de US\$3,7bi, é um bom exemplo disso. Cogitada desde meados dos anos 1970, recebeu apoio da Alstom (francesa), ABB suíça, General Electric (norte americana), Voith (alemã), Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez nacionais. Grupos como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Albras (CVRD and Nippon Amazon Aluminium Company, japonesa), da Holding Aluvale que conta também com participação da CVRD que possui outras duas companhias no Pará, a MRN (bauxita) e

a Alunorte, a Alumar, da norte americana Alcoa, da holandesa Shell-Billiton, da Royal Dutch Shell, todas têm interesse na obra. (SMERALDI In: COY; KOHLHEPP, 2005, p67).

Passados 56 anos da implantação do Estado Ditatorial militar no Brasil, responsável pela imposição de um rigoroso e sistemático conjunto de políticas públicas voltadas para a integração da Amazônia, que foi chamado inicialmente de “maior reforma agrária do mundo” e justificado como uma ação visando a preservação de soberania nacional. Que impôs um modelo de desenvolvimento voltado para os interesses dos grandes empresários nacionais, estimulando a implantação de relações plenamente capitalistas e desconsiderando a ocupação originária e suas ancestrais relações com a natureza naquele local, seus conhecimentos acumulados e suas necessidades mais simples; a Amazônia se tornou uma floresta urbanizada. Entre 1970 e 1996 a taxa de urbanização da região foi a maior do país. Em 1996 61% da população morava nas cidades e em 2000, 69%. (BECKER In: COY; KOHLHEPP, 2005, p.28) As cidades incharam e o poder público não conseguiu atender às suas demandas, a população se amontoa nas periferias. Altamira, mencionada no início deste trabalho, exemplifica bem essa afirmação. Os núcleos urbanos são os nós das redes de informação, dos mercados de trabalho que podem oferecer uma alternativa ao avanço sobre a floresta e de um mercado para os produtos dela oriundos. Na Amazônia, essa urbanização concentrou-se no eixo das rodovias, recolhendo migrantes que perderam as terras, que vieram em busca delas sem sucesso, atraídos pelas propagandas de riqueza e êxito, que migraram em busca de trabalho. O modelo de desenvolvimento encontrado nessas cidades, em síntese, é o mesmo usado para toda a Amazônia em suas mais diferentes áreas. Das maiores às menores, das mais novas às mais antigas, encontramos características comuns às grandes cidades do país: moradores de rua, ocupação irregular, favelização, violência, tráfico de drogas, falta de planejamento, mau uso dos recursos públicos, descuido com a natureza e com as pessoas. Elas foram e estão sendo pensadas a partir de um mesmo paradigma que, em última análise, reproduz a matriz europeia ocidental. Definitivamente não existem mais condições nem históricas nem naturais para essa reprodução. A busca por oferecer melhores soluções para a Amazônia não tem respostas válidas para todos os lugares ao mesmo tempo. Essa intenção se mostrou inalcançável. O desenvolvimento “é aquilo que, do ponto de vista dos respectivamente interessados, deveria ser”. Não existem modelos nem keynesianos, nem marxistas, nem neoclássicos, nem institucionalistas, capazes de explicar o mundo. Essa aproximação deverá ser multidisciplinar e respeitar as diversidades das Amazônias. (ACOSTA In: COY; KOHLHEPP, 2005, p.127-30).

A formação dos espaços da Amazônia, similar a que ocorre no restante do mundo, seguiu as regras do capital e conseqüentemente do crescimento econômico. Nesse cenário tanto os territórios quanto sua população são submetidos à produção dessa realidade. (SERJE, 2019). Visto na Amazônia como a exploração da fauna e flora e o deslocamento circunstancial de pessoas à

medida que os projetos exigiram. A resistência é uma constante no povos da Amazônia, expressada inclusive na fala de Ailton Krenak, líder das Nações indígenas no ano de 1987 (Guerras do Brasil, 2019) ao se opor à política que agride os direitos das comunidades indígenas vestindo o traje do colonizador enquanto pintava o rosto com tinta de jenipapo, um gesto de sua cultura deixando ainda mais emblemático seu discurso, simbolizando o enfrentamento, a percepção da consciência de sujeitos e a oposição mas acima de tudo o pesar pelas milhares de vidas indígenas ceifadas a custa do desenvolvimento.

O que temos ao analisar os sucessivos projetos implantados na Amazônia é um cenário de culturas totalmente modificadas, vidas alteradas pelas mudanças impostas ao tipo de trabalho com o qual estavam acostumadas, enquanto o desenvolvimento é celebrado com grandes investimentos e investidores. O saldo da corrida pela modernização do Brasil iniciado no governo militar foi e permanece sendo a desigualdade e a concentração de renda nas mãos de poucos, resultando numa Amazônia dual: rica para quem a explora e pobre colonizada para seu povo. Os pobres, nunca foram parte desse plano de crescimento, mas este foi e continua a acontecer, mediante essa força de trabalho e as custas de sua invisibilidade.

A produção resultante dos recursos naturais da Amazônia, resguardadas nas mãos de grandes corporações internacionais produz um fenômeno injusto no qual sua exportação favorece essa determinada parcela do sistema além de grandes fazendeiros e empresários, que também usufruem da exploração, enquanto provoca inexpressivo benefício à sociedade regional (LEAL, 1991, p.40), restando como alternativa de aproveitamento de todos os projetos produtivos implantados na Amazônia, a transformação em agentes verdadeiros de desenvolvimento para a região, a alternância de busca exclusiva pelo lucro pela busca do bem estar social.

O resultado da economia em ascensão imposta pelas fronteiras do capitalismo, não é distribuída na sociedade sob a forma de serviços essenciais. Deixa transparecer o aspecto de dualidade do Estado enquanto ausente no sentido de bem estar social e presente institucionalmente a serviço do capital. (SERGE, 2019) O projeto de desenvolvimento ancorado no crescimento das atividades econômicas, as quais impactam diretamente sobre a vida cotidiana das pessoas e sobre a natureza dos territórios, implantado na Amazônia tem relação direta com a ideia de modernidade. O saldo positivo sempre esteve nas mãos da minoria. Berman (1986) trata esse aspecto da modernidade como a trajetória do novo e do desenvolvimento ininterrupto em prol do mundo novo. Interessante ao fazer a analogia em sua obra, o que para ele corresponde a principal marca do século XX, a rodovia, que também nesse artigo é um ponto delimitador do desenvolvimento ao atravessar a Amazônia para integrar ao passo que impetra transformações no espaço, a desapropriação e estabelecimento de pessoas. O autor enfatiza como as rodovias, captadas por Baudelaire, cortam a cidade e substituem o caminhar, pela velocidade dos carros. Berman demonstra essa tensão

existente entre as permanências e rupturas e, por vezes, nostálgica dos efeitos avassaladores do capital sobre os espaços tomados pela modernização.

Jane Jacobs escreveu um livro profético sobre esse novo urbanismo: *Morte e Vida das Grandes Cidades Norte-americanas*, publicado em 1961. O primeiro, os espaços urbanos criados pelo modernismo eram fisicamente limpos e ordenados, mas social e espiritualmente mortos; o segundo, que foram tão-só os vestígios da congestão, do barulho e da dissonância geral do século XIX que mantiveram viva a vida urbana contemporânea; o terceiro, que o velho “caos” urbano na verdade constituía uma ordem humana maravilhosamente rica e complexa, de que os modernistas não se deram conta apenas porque seus paradigmas de ordem eram mecânicos, redutivos e frívolos; por fim, que tudo o que passa por modernismo, em 1960, pode logo se tornar evanescente e obsoleto. (BERMAN, 1986, p. 165)

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. L. O. **Colonização dirigida na Amazônia**. (Série IPEA, 135). Rio de Janeiro: IPEA, 1992. 486p.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1986. 440p.
- BOUDIEU, P. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 152p.
- BOURSCHEIT, A. Amazônia livre das grandes hidrelétricas? **Infoamazonia**, 6 ago. 2019. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/pt/2019/08/portugues-amazonia-livre-das-grandes-hidrelétricas/>>. Acesso em: 17 mai. 2020.
- BRANT, D. Bolsonaro Critica Diretor do Inpe por dados sobre desmatamento que ‘prejudicam’ nome do Brasil. **Folha de São Paulo**. 19 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/bolsonaro-critica-diretor-do-inpe-por-dados-sobre-desmatamento-que-prejudicam-nome-do-brasil.shtml>>. Acesso em: 01 mai 2020.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 291**, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10291.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10291.htm)> Acesso em: 06 mai. 2020.
- BRUM, E.; GLOCK, C. A cidade que mata o futuro: em 2020, Altamira enfrenta um aumento avassalador de suicídios de adolescentes. **El País**. 27 de abril de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-27/a-cidade-que-mata-o-futuro-em-2020-altamira-Enfrenta-um-aumento-avassalador-de-suicidios-de-adolescentes.html>>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- CAMPOS, P. H. P. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Niterói: EdUFF, 2015. 444p.
- CANUTO, A. **Resistência e luta conquistam território no Araguaia mato-grossense**. São Paulo: Outras Expressões, 2019. 365p.
- CONDE, A. **A riqueza da vida**. Memórias de um banqueiro boêmio. São Paulo: Record, 2006. 282p.
- COY, M.; KLINGLER, M. Frentes pioneiras em transformação: o eixo da BR-163 e os desafios socioambientais. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 1-26, 2014.

COY, M.; KOHLHEPP, G. **Amazônia Sustentável**. Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro/Tübingen: Garamond/Geographischen Instituts der Universität Tübingen, 2005. 332p.

COY, M.; KLINGLER, M.; KOHLLEPP, G. De frontier até pós-frontier: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e sócio-ecológico, **Confins**, n. 30, 2017.

DIAS, T. Movido à paranoia. **The Intercept Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/09/19/plano-bolsonaro-paranoia-amazonia/>> Acesso em: 15 mai. 2020.

FREITAS, M.; FREITAS, M. C. S.; IORIS, A. A. R.; CASTRO JR. W. E. **Amazônia**. São Paulo: Chiado, 2017. 347p.

GALETTI, L. S. G. **Sertão, fronteira, Brasil**. Cuiabá: Entrelinhas, 2012. 400p.

**Guerras do Brasil.doc**. Direção: Luiz Bolognesi. Brasil. Produção: Curta! 2018. Documentário via streaming, episódio 1 (26 min.).

GUIMARÃES NETO, R. B. **A lenda do ouro verde**. Política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: Unicen, 2002. 168p.

IBGE. **População residente**. Séries históricas. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censoseriest-historicas>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

IORIS, A. A. R. Rent of agribusiness in the Amazon: A case study from Mato Grosso. **Land Use Policy**, v. 59, p. 456-466, 2016.

JOANONI NETO, V. **Fronteiras da crença**. A ocupação do Norte de Mato Grosso após 1950. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato, 2007. 256p.

JOANONI NETO, V.; GUIMARÃES NETO, R. B. A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. **Diálogos Latinoamericanos**, v. 26, p. 144-156, 2017.

LEAL, A. L. **Uma Sinopse Histórica da Amazônia**. São Paulo, 1991. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/49097040/UMA-SINOPSE-HISTORICA-DA-AMAZONIA-1>> Acesso em: 17 mai. 2020.

LIMA, A. **PROBLEMÁTICA da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. 406p.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994. 176p.

MENDONÇA, S. R. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010. 300p.

MONTELEONE, J.; SEREZA, H.C.; SION, V.; AMORIM, F.; MACHADO, R. **À espera da verdade**: Empresários, juristas e elite transnacional. São Paulo: Alameda, 2016. 304p.

MOORE JR. B. **Las Orígenes sociales de la dictadura y democracia**. Barcelona: Ediciones Península, 2002. 864p.

PEIXOTO, R. Índios e camponeses: antes, durante e depois da Guerrilha do Araguaia. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 47- 71, 2014.

PESAVENTO, S. J. Cidades Visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p.13, 2007.

PIRES, M. J. S.; RAMOS, P. O Termo Modernização Conservadora: Sua origem e Utilização no Brasil. **REN- Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 411-424, 2009.

RIBEIRO, J. D. **Terra e garimpos**: um estudo da violência na consolidação do espaço da colonização. 2002. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

RIBEIRO, M. **Água Morta**. Disponível em <<https://www.marileneribeiro.com/deadwater>>. Acesso em: 02 mai. 2020.

SCHWANTES, N. **Pioneiros da Amazônia**. 198?. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XeQSI78IXq0&t=6s>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

SERJE, M. El 'E/estado de frontera': las fronteras del capitalismo en América Latina. In: ROMANI, C.; MENEGAT, C.; ARANHA, B. (Orgs.). **Fronteiras e Territorialidades**. Miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia. São Paulo: Intermeios.

SILVA, G. C. **Conjuntura política nacional e poder executivo & Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981. 273p.

THOMPSON FLORES, M. F. C. O conceito de fronteira na historiografia: antigos debates, temas contemporâneos. In.: ROMANI, C.; MENEGAT, C.; ARANHA, B. (Orgs.). **Fronteiras e Territorialidades**. Miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 156-176.

UM milhão de pessoas estão sem energia elétrica na Amazônia. **Amazonas Notícias**, novembro de 2019. Disponível em: <<https://amazonasnoticias.com.br/um-milhao-de-pessoas-estao-sem-energia-eletrica-na-amazonia/>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

VALENTE, R. **Os fuzis e as flechas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2017. 520p.